

# “Nos faz refletir sobre o nosso papel social e profissional...”: percepção dos trabalhadores da saúde pública brasileira sobre sua formação política crítica

“It makes us reflect on our social and professional role...”:  
Brazilian public health workers' perception of  
their critical political background

 **Tarsila Teixeira Vilhena Lopes**<sup>1</sup>

 **Dalila Viana de Freitas**<sup>2</sup>

 **Leonardo Carnut**<sup>3</sup>

 **Lúcia Dias da Silva Guerra**<sup>4</sup>

## Resumo

A conjuntura dos desmontes na saúde pública brasileira tem forçado aos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil a buscarem conhecimento crítico sobre as políticas de saúde fora da educação formal. Desde o golpe de 2016,

---

<sup>1</sup> Mestre em Gestão da Clínica pela Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil. Membro do Coletivo Formação é Política da Associação Paulista de Saúde Pública, São Paulo, Brasil. Email: [tarsilatvlopes@gmail.com](mailto:tarsilatvlopes@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Biológicas (Biologia Vegetal) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, Brasil. Membro do Coletivo Formação é Política da Associação Paulista de Saúde Pública, São Paulo, Brasil. Email: [freitas.dv@gmail.com](mailto:freitas.dv@gmail.com)

<sup>3</sup> Pós-doutor em Saúde Pública (Ciências Sociais e Humanas em Saúde) pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP), São Paulo, Brasil. Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, Brasil. Email: [leonardo.carnut@unifesp.br](mailto:leonardo.carnut@unifesp.br)

<sup>4</sup> Pós-doutora em Saúde Global e Sustentabilidade pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP), São Paulo, Brasil. Professora de Nutrição do Centro Universitário Anhanguera, São Paulo, Brasil. Email: [ludsguerra@gmail.com](mailto:ludsguerra@gmail.com)

um coletivo formado por profissionais de saúde chamado 'Formação é Política' se auto-organizou no sentido de construir a crítica necessária aos retrocessos vividos no direito à saúde no Brasil através de um curso de formação política. Assim, este estudo teve como objetivo analisar a percepção dos trabalhadores do SUS que participaram do curso de 'Formação Política em Saúde' sediado na cidade de São Paulo, Brasil, sobre a importância da formação política crítica. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa que usou a Análise de Conteúdo Clássica do tipo frequencial para analisar os discursos de 88 trabalhadores que frequentaram o curso. Do ponto de vista pedagógico, o curso foi baseado nos princípios freireanos (como tendência pedagógica) e com uso de métodos ativos de ensino-aprendizagem (como estratégias pedagógicas). Os 100% (102) discursos analisados puderam ser sistematizados em 11 categorias de análise, dos quais 23% (27) depositavam a importância da formação em "Nos faz(er) refletir sobre o nosso papel social e profissional". Em última instância o conteúdo do curso permitiu alçar outros olhares e reconhecer a política numa chave mais totalizante. Mesmo considerando este movimento formativo essencial, há muito que se fazer para garantir uma mudança substancial no âmbito do 'político' em uma perspectiva crítica para a saúde coletiva.

**Palavras-clave:** Educação; educação em saúde; política; saúde coletiva.

### **Abstract**

The conjuncture of dismantling in Brazilian public health has forced workers from the Unified Health System (SUS) in Brazil to seek critical knowledge about health policies outside formal education. Since the 2016 coup, a collective formed by health professionals called 'Training is Politics' has self-organized in order to build the necessary criticism to the setbacks experienced in the right to health in Brazil through a political training course. Thus, this study aimed to analyze the perception of SUS workers who participated in the 'Health Policy Training' course based in the city of São Paulo, Brazil, on the importance of critical political education. For that, the Classical Content Analysis of the frequency type was used to analyze the speeches of 88 workers who attended the course. From the pedagogical point of view, the course was based on Freirean principles (as a pedagogical tendency) and

with the use of active teaching-learning methods (such as pedagogical strategies). The 100% (102) analyzed speeches could be systematized in 11 categories of analysis, of which 23% (27) deposited the importance of training in “It makes us (er) reflect on our social and professional role”. Ultimately, the content of the course allowed to take other views and recognize the politics in a more totalizing key. Even considering this essential training movement, much remains to be done to guarantee a substantial change in the scope of the 'political' in a critical perspective for collective health.

**Keywords:** Education; health education; politics; collective health.

## 1. Introdução

O Sistema Único de Saúde (SUS) frequentemente tem sofrido com os efeitos da crise do capitalismo contemporâneo, como, por exemplo, com as repercussões no subfinanciamento e ainda na capacidade limitada das políticas públicas em garantir o acesso aos serviços de saúde (Carnut e Mendes, 2018a). Em virtude disso, os trabalhadores de saúde têm buscado aprofundar seus conhecimentos sobre política para compreender melhor a raiz destes problemas.

Como tradicionalmente na educação formal universitária (especialmente nas graduações de saúde) o conteúdo crítico da política é praticamente inexistente, a opção dos trabalhadores tem sido outro caminho de formação. Neste sentido é que a formação política buscada pelos trabalhadores tem sido ofertada por coletivos e/ou movimentos sociais que, ao praticarem uma educação não-formal, tem tido êxito em tensionar o conteúdo político em uma perspectiva mais crítica à lógica capitalista.

Este é o caso do curso “Formação de Política em Saúde – Módulo I”, organizado pelo Coletivo ‘Formação é Política’, em parceria com a Associação Paulista de Saúde Pública (APSP), São Paulo, Brasil. Este tem sido bastante procurado pelos trabalhadores do SUS como uma oportunidade de discutir as raízes dos problemas da saúde pública através de uma proposta pedagógica que aborda os conceitos teóricos de política e Estado em paralelo com as discussões próprias

do campo da Saúde Coletiva. Enfim, o curso aposta na reflexão crítica sobre os desafios da saúde pública na realidade brasileira.

Formações desse tipo ganharam destaque no ideário do trabalho em saúde, especialmente no cenário pós-golpe institucional de 2016<sup>5</sup>, no qual ficou evidente a necessidade de que os trabalhadores precisavam compreender melhor a relação entre saúde coletiva e política nesta conjuntura para além dos debates políticos circulantes restritos ao senso comum ou, até mesmo, reduzidos a explicação eminentemente institucional do problema.

A Saúde Coletiva é reconhecida como campo de saberes e práticas que ordena a produção do conhecimento sobre a Saúde (tanto na gestão quanto na assistência). Este campo, desde seu nascedouro nos anos 1980, manteve-se herdeiro da tradição socialdemocrata (Teixeira, 1989; Oliveira, 1987), colonizando o pensamento político deste campo e desencorajando assim, o desenvolvimento do político através de matrizes interpretativas mais críticas.

Tendo isso em mente, é que a formação política dos trabalhadores de saúde tem deixado a desejar neste quesito, o que, de certa maneira corrobora para desconstrução da ideia de saúde como direito social e, por conseguinte, na aposta no SUS como expressão concreta deste direito (Sobral, Barros e Carnut, 2017). Isso já é perceptível na prática da gestão cotidiana, quando, na tentativa de operar o direito à saúde como um direito social, os sanitaristas que fazem a gestão das políticas de saúde têm muita dificuldade em promover a garantia do acesso e a universalidade do direito.

Os conteúdos sobre política, além de serem minoritários no âmbito das profissões de saúde, quando estes existem, são hegemonizados pelas formas institucionalizadas da política (especialmente, na forma de políticas públicas) (Reis et al., 2016). Este fato oculta o debate crítico sobre o político, em especial à crítica ao capitalismo destituindo a ideia de transformação social via força do trabalhador.

---

<sup>5</sup> Trata-se do Golpe Institucional de 2016 que depôs a presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff no Brasil. Para compreender melhor o debate crítico sobre a conjuntura deste golpe institucional e os principais referenciais analíticos em disputa nas ciencias sociais e na saúde coletiva ver Carnut e Mendes (2020). Para compreender como o pensamento político em saúde já estava delineado antes mesmo do golpe para concebê-lo apenas como um impedimento jurídico ver Carnut e Ianni (2019).

Assim, como Marx critica a educação subvencionada pelo Estado, conforme descrito na Crítica ao Programa de Gotha (Marx, 2012), acreditamos que o pensamento crítico-revolucionário não partirá necessariamente da educação formal instituída pelo Estado e suas instituições, como é o caso dos cursos universitários (Tragtenberg, 2004), especialmente no âmbito da saúde.

Tragtenberg (2004) faz severas críticas sobre a formação formal de nível superior institucionalizada nas universidades, denominando-a como instituição ligada à dominação, à universidade antipovo e baseada na elitização-erudição do conhecimento. Ele afirma que a universidade reproduz o modo de produção capitalista dominante não apenas pela ideologia que transmite, mas também pelos servos que forma.

Neste sentido, alargar a interpretação política do fenômeno em tela e rerepresentar a teoria política marxista aos trabalhadores da saúde tem se mostrado um constante aprendizado no processo educativo para a luta política. Entendendo que a educação política para a classe trabalhadora (Marx, 2007), como forma de descortinar os mecanismos de opressão em que o Estado opera na condução das questões sociais é essencial, é que o Curso de Formação Política em Saúde problematiza a formação dos trabalhadores do SUS como estratégia de reorganização de classe em si.

No que tange as investigações sobre os processos de aprendizagem em Educação Política Crítica, Carnut et al (2019a), já refletem sobre a relação política e Saúde Coletiva e como esta amplia as formações direcionando-as a uma perspectiva crítica. Os trabalhadores têm a oportunidade de revisitarem suas percepções sobre a política assentada em uma perspectiva institucional para uma visão mais totalizante e refletindo sobre sua situação na clivagem de classe.

Com o intuito de construir uma sociedade para que não haja lugar para opressão e exploração, é necessário que os trabalhadores não fiquem apenas no desejo, mas se organizem para tal. Ou seja, ter clareza sobre os objetivos, ponderar as táticas através de quais forças estes objetivos podem ser atingidos, preparar as condições materiais para concretizá-los, escolher as pessoas e desenhar um plano de trabalho são tarefas essenciais cuja teoria é imprescindível. Assim, almeja-se

uma melhor auto-organização para o desempenho das atividades e por isso a educação política crítica em saúde é o que se tem por construir (Krupskaya, 2017).

Na saúde pública, o trabalhador tem previsto e questionado a insustentabilidade do sistema, entretanto ele não compreende como pode organizar-se na luta e na resistência para a transformação da realidade produzida. Assim, na tentativa de uma formação crítica que (des)oculte outras formas de interpretação do cenário político, o Curso de Formação Política em Saúde surgiu como forma coletiva e organizada de preencher essa lacuna, partindo da teoria marxista para a interpretação histórica dos fatos, tendo como público-alvo trabalhadores do SUS.

Dessa forma, o objetivo deste estudo foi analisar a percepção dos trabalhadores do SUS que participaram do curso de 'Formação Política em Saúde' sediado na cidade de São Paulo, Brasil, sobre a importância da formação política crítica.

## **2. Percorso metodológico**

Tratou-se de uma pesquisa do tipo qualitativa. Dentre as opções metodológicas da apreensão do objeto de estudo neste trabalho, podemos dividi-las, apenas para fins didáticos, em opções pedagógico-metodológicas, que se referem à descrição das opções teórico-metodológicas que apoiaram as estratégias pedagógicas utilizadas durante a execução do Curso de Formação Política em Saúde e as opções metodológico-analíticas, que se referem à descrição teórico-metodológica da produção dos dados empíricos em função da percepção do processo educativo vivenciado.

### **2.1. Opções pedagógicas**

No que tange às opções pedagógico-metodológicas, partimos da afirmação de Marx (2007; p. 48) de que “a burguesia fornece aos proletários os elementos de sua própria educação política, isto é, as armas contra ela própria”; cabendo salientar, entretanto, que realizar uma formação política que promova emancipação

da classe trabalhadora através da universidade seria uma ingenuidade (Tragtenberg, 2004).

De acordo com este argumento, neste Curso de Formação Política em Saúde, a primeira opção pedagógica foi realizá-lo por meio da Associação Paulista de Saúde Pública (APSP), espaço não institucionalizado e que vem arregimentando forças na reorganização da classe trabalhadora da saúde. Este Curso de Formação Política em Saúde foi criado em 2017, no Estado de São Paulo, Brasil juntamente com o coletivo chamado Formação é Política, que congrega professores e trabalhadores da área da saúde com o intuito de reorganizar um processo de trabalho de base (Peloso, 2012) cuja orientação é a formação política crítica marxista da classe trabalhadora neste setor.

O Curso de Formação Política em Saúde contempla 20 horas de carga horária total, sendo subdivididas em 5 encontros (denominados de Eixos) com 4 horas/aula cada um. Em cada Eixo é trabalhada uma pergunta disparadora e de 3 a 5 objetivos de aprendizagem. O curso é ministrado por integrantes do Coletivo Formação É Política e realizado em parceria com a APSP, por meio da qual são realizadas as inscrições e a certificação, além da realização dos encontros presenciais na sede da associação, na cidade de São Paulo. Até setembro de 2020 foram realizadas 11 edições presenciais do Curso de Formação Política em Saúde, concentradas na cidade de São Paulo, mas também ocorridas na cidade de Ribeirão Preto, SP e Campina Grande, PB, além de uma edição em formato remoto emergencial por conta da pandemia do novo coronavírus (sob distanciamento social). Cada edição presencial contou com 40 vagas destinadas a estudantes, trabalhadores e usuários do SUS, bem como quaisquer outros interessados pela temática.

A segunda opção pedagógica foi dar ênfase aos três elementos do processo de ensino-aprendizagem segundo a perspectiva de Paulo Freire (2013): "ensinar exige criticidade"; "ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação" e "ensinar exige a convicção de que a mudança é possível". A terceira opção pedagógica foi utilizar metodologias ativas de ensino-aprendizagem (Mitre et al., 2008) a partir de uma mescla de três estratégias: Questões Disparadoras, Tempestade de Ideias e Sala de Aula Invertida. Todas essas três



estratégias se articulam para favorecer, no espaço de sala de aula, o tempo de leitura necessário para embasar cientificamente as discussões.

## 2.2. Opções metodológicas

A dinâmica metodológica do Curso de Formação Política em Saúde inclui a leitura individual de textos de Karl Marx e textos marxistas<sup>6</sup>, intercalados com textos do campo da Saúde Coletiva. Entretanto, antes da leitura individual ter início, o conjunto de trabalhadores presentes no dia é organizado, de maneira aleatória, em pequenos Grupos de Aprendizagem, com no máximo 10 integrantes, e cujos textos são distribuídos de modo que cada grupo faça a leitura de 1 entre 3 textos ou excertos de textos escolhidos para o dia. Além disso, em cada Grupo de Aprendizagem existe um moderador de aprendizagem, uma pessoa do Coletivo Formação É Política que tem por função instigar o grupo a responder a questão disparadora de cada Eixo, a saber: Eixo 1 - A Política Pública é Política? Onde está o SUS?; Eixo 2 - O Estado brasileiro e a Constituição Cidadã: Direitos Reconhecidos ou Negados?; Eixo 3 - A Saúde como Negócio? Formas de Restrição do Direito à Saúde no Brasil; Eixo 4 - Reforma Sanitária Brasileira: quais rumos foram tomados?; Eixo 5 - O que fazer? Dilemas e perspectivas para a Saúde Coletiva.

Após o período de leitura individual dentro dos Grupos de Aprendizagem, há um período para que os integrantes possam discutir entre si e interagir com os moderadores, visando a produção de uma síntese da leitura, norteadas pela pergunta disparadora e pelos objetivos de aprendizagem, a ser apresentada aos demais participantes em um tempo pedagógico denominado de Debate em Grande Roda. Nesse momento, após a apresentação das sínteses produzidas pelos Grupos de Aprendizagem há o momento de reconstrução teórica viabilizado pelos facilitadores do curso, que são integrantes do Coletivo capazes de articularem, a partir do significado apreendido pelos trabalhadores no primeiro momento de discussão nos Grupos de Aprendizagem, os conteúdos de todos os textos indicados para a leitura e discussão.

---

<sup>6</sup> Usamos os adjetivos "Marxiano" (referente aos manuscritos de Marx, de sua própria autoria) e "Marxista" (refere-se aos textos produzidos pelos seguidores da tradição marxista).



Visando compreender e avaliar como os trabalhadores haviam experienciado o processo educativo do curso, foi elaborada uma entrevista semiestruturada com diversos tópicos relacionados à experiência vivenciada no curso, disponibilizada para preenchimento remoto por todos os participantes após a conclusão do curso. Para o presente estudo, selecionamos para análise um dos tópicos da entrevista, em que os sujeitos foram convidados a responder: Você acha que o curso é importante para a formação política dos envolvidos na área da saúde? Por quê? Explique com suas palavras.

Os dados coletados referem-se à compilação das respostas à entrevista de 5 Turmas que finalizaram o Curso de Formação Política em Saúde, realizadas entre maio e dezembro de 2017, totalizando 86 integrantes. Os dados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo Clássica (Bauer, 2010; Oliveira et al, 2003) do tipo frequencial, cujas unidades de análise foram as proposições (sentenças, frases e orações). Este tipo de análise apresenta-se como a mais apropriada para uma primeira aproximação com o conteúdo, visando uma interpretação textual inicial (Bauer, 2010).

### **3. Resultados e discussão**

As cento e vinte e duas (120) proposições nas quais os discursos foram decompostos, puderam ser agrupadas em onze (11) categorias de análise, por semelhança léxico-semântica. Na Tabela 1 podem-se observar as categorias elaboradas a partir dos discursos dos trabalhadores, que serão referidos a partir daqui como T1, T2... e assim por diante.

**Tabela 1: Categorias temáticas relacionadas aos conteúdos identificados nos discursos dos participantes sobre a importância da formação política crítica para os trabalhadores da área da saúde. Maio-Dezembro, 2017. São Paulo, SP, Brasil.**

Número de categorias	Categorias temáticas	n	%
1	Nos faz refletir sobre o nosso papel social e profissional	27	23%
2	O curso possibilita analisar com um olhar mais crítico a realidade em que estamos vivendo e passando	21	18%
3	Essas discussões não foram sequer cogitadas durante suas graduações e especializações	19	16%
4	Porque nós saímos diferentes do que entramos em nossos ideais e concepções	11	9%
5	O curso é fundamental à ampliação da compreensão do Estado brasileiro, incluindo aí as políticas públicas	11	9%
6	É importante para que os profissionais da área da saúde entendam de que forma a saúde se insere no cenário político	10	8%
7	Uma formação para qualquer pessoa que houver interesse em discutir política	8	7%
8	É fundamental entender a saúde como mais uma frente na luta política em defesa dos nossos direitos	6	5%
9	O curso elucida uma visão menos romântica da Saúde Pública	4	3%
10	Pois sua metodologia é ativa e faz com que participamos de forma mais integral e crítica	2	2%
11	É um curso de formação que contribui pra emancipação humana	1	1%
<b>Total</b>		<b>120</b>	<b>100,00</b>

Fonte: pesquisa direta.

Foi possível perceber que o conteúdo mais frequente na percepção dos trabalhadores sobre a importância da formação política aos envolvidos na área da saúde foi a categoria "*Nos faz refletir sobre o nosso papel social e profissional*" (27; 23%). Os trabalhadores apontaram o seguinte:

Acredito que sim. Este curso consegue fazer-nos refletir sobre o nosso papel social e profissional. Além de conseguirmos mais profissionais pensando da mesma forma e lutando pela mesma causa. (T4)

Fico aqui pensando em como levar as discussões realizadas em sala para os espaços que eu ocupo enquanto trabalhador. E quando um curso consegue te movimentar para continuar encontrando brechas em um cotidiano que te oprime muito, e nessas brechas propor trocas com seus pares é sinal de que ele é fundamental para estes dias atuais. (T43)

Os trabalhadores compreendem a importância das discussões do Curso de Formação Política em Saúde para refletir sobre suas próprias atuações, tanto no âmbito social quanto no profissional. Avaliam também que essas discussões devem ser divulgadas para outros espaços, como ferramenta de transformação da realidade concreta. A indagação que fica é: a educação, sozinha, pode operar uma transformação social e política? Freire (2013) oferece subsídios para pensar a educação como um ato de conhecimento e de conscientização que, por si, não leva uma sociedade a se libertar da opressão. Segundo o autor, uma educação libertadora não existirá enquanto os *grandes debates*, os *seminários revolucionários* permanecerem dentro dos limites da escola, ou, em outros termos, encerrada às instituições. Consequentemente, o limite institucional é insuficiente para operar uma verdadeira transformação social. Nesse sentido, o trabalhador concorda com Freire (2013) quando avalia que essas discussões precisam transcender os espaços institucionalizados, alcançando as ruas, as massas, e a parcela da sociedade civil mais resistente à dominação.

A segunda categoria, que apresentou 21 proposições (18%), foi intitulada “*O curso possibilita analisar com um olhar mais crítico a realidade em que estamos vivendo e passando*”, podendo ser sintetizada na expressão do Trabalhador 25:

sim, pois passamos por situações em que não conseguimos nos expressar, e até compreender até que ponto esse desmonte que está acontecendo na área da saúde afetará a todos e criamos uma consciência política e passamos a analisar com um olhar mais crítico a realidade em que estamos vivendo e passando, e teremos base até para poder estar conversando e trocando ideias sobre toda a situação que nos encontramos. (T25)

As respostas dos trabalhadores que compuseram essa categoria, representada pela proposição acima, percebem o conteúdo do curso como importante, pois ele contribuiu na construção de uma visão mais crítica da sociedade, fundamental na atual conjuntura de desmonte da área da saúde.

Hirsch (2011) explica qual o entendimento marxiano sobre a ciência como crítica. Para o autor, não se trata apenas de explicar como o Estado funciona ou deve funcionar, mas discutir sobre como as relações sociais são estabelecidas e como elas podem ser superadas. Ou seja, trata-se de entender as instituições e os processos políticos como expressão de relações de domínio e de exploração, assim como os conflitos e as lutas delas resultantes. Dessa forma, essa categoria evidencia a aposta teórica e metodológica de orientação marxiana na construção do Curso de Formação Política em Saúde, que fundamenta-se no materialismo histórico-dialético como ferramenta de leitura da realidade atual.

A terceira categoria apresentada foi "*Essas discussões não foram sequer cogitadas durante suas graduações e especializações*" (19; 16%), conforme os excertos destacam:

Sim, muito! É inacreditável como essas discussões não aparecem nos currículos formais dos cursos de saúde. (T22)

Sim o curso é muito importante. Porque ele apresentando esse olhar social marxista sobre o movimento político, ele possibilita uma compreensão e reflexão crítica, que vem sendo cada vez mais pouco investida nos cursos de saúde. (T23)

Perfeitamente pertinente, tendo em vista que as formações para os profissionais na área de saúde carecem de uma formação política. A própria ausência de formação política no processo educacional evidencia a existência de um projeto hegemônico na educação brasileira em saúde. (T58)

Os trabalhadores reconhecem que há uma lacuna na formação política nas suas profissões, e, em especial na Saúde Coletiva quando se trata de uma perspectiva crítica, portanto, em suas percepções, isto não aporta o pensamento crítico na interpretação dos fenômenos políticos da saúde. Essa identificação reforça à crítica ao que se considera como *pensamento crítico* na área da saúde, que, como identificado por Peixoto e Peixoto (2017) não ultrapassa, na maioria das vezes, o clínico e nem o institucional.

Este ponto merece uma reflexão maior sobre como a incipiente discussão crítica política na saúde pode deter uma parcela de responsabilidade na adesão destes profissionais (incluindo alguns que trabalham no SUS) às retóricas

conservadoras (Mathias, 2016). Desde o desenvolvimento do SUS nos governos marcadamente neoliberais Collor-FHC (1990-2002), expressões conservadoras do trabalho em saúde foram demarcando as principais categorias teóricas e nomeando programas governamentais (Guimarães, 2017). Sem o devido aporte crítico a essas categorias (Carnut, 2019), o debate sanitário mais ampliado, ainda na academia foi se "conservadorizando". Este processo foi concomitante aos governos progressistas, favorecendo, em última instância à uma adesão quase tácita dos profissionais do SUS às pautas contrarreformistas na saúde no decurso dos governos Lula-Dilma (2003-2016). Este foi o processo que preparou o terreno para que, nos últimos 4 anos, já no projeto ultraneoliberal de Temer a Bolsonaro (2016-...) (Bravo, Pelaez e Pinheiro, 2018; Mendes e Carnut, 2020), a crítica perdesse alcance de uma vez.

A quarta e quinta categorias apresentaram a mesma quantidade de proposições (11), correspondendo a 9% do total. A quarta trata sobre "*Porque nós saímos diferentes do que entramos em nossos ideais e concepções*", sendo representada pelos discursos:

Nessa turma tínhamos diversas áreas e níveis de aprofundamento teórico, mas era visível que quem concluiu esta edição tinha um foco em comum, a indignação, a necessidade da desobediência de forma concisa e com argumentos. Por fim, saímos diferentes do que entramos e mais próximos nos ideais e concepções, inclusive de sociedade. (T3)

Sim. Ele reintegra a política na saúde de uma forma benéfica para os participantes, que saem com uma possibilidade real de começar ou continuar os estudos sobre o assunto com mais consciência e direcionamento prudente. (T87)

Esses discursos demonstraram o quanto o Curso de Formação Política em Saúde possibilitou a construção de novas ideias e conceitos, despertando em alguns o desejo em aprofundar os conhecimentos sobre o tema. A compreensão da *política* enquanto categoria na perspectiva marxista não é de fácil apreensão, especialmente em se tratando de um público-alvo cuja formação é muito empiricista, e requer um esforço para além das formações individuais de cada trabalhador em refazer esta conexão do seu trabalho com o todo social. São poucas as experiências de educação

política nas escolas (Saldarriaga-Vélez, 2016) que os profissionais são partícipes, ainda mais quando se trata das educações formais que esses profissionais tiveram ao longo de suas formações, muitas delas orientadas ao mercado.

A quinta categoria foi nomeada "*O curso é fundamental à ampliação da compreensão do Estado brasileiro, incluindo aí as políticas públicas*". Esta categoria pode ser mais bem compreendida pela síntese relatada pelo Trabalhador 68.

Acho que o curso traz contribuições importantes na discussão sobre o Estado, modelo econômico e fatores que permeiam a formulação de políticas públicas. Como dito antes, o curso contribui para desmistificar o SUS como o grande salvador da nossa sociedade, possibilitando contextualizá-lo num cenário mais amplo [...]. (T68)

Em que pese a percepção do trabalhador sobre a ampliação da discussão sobre o político, reconhecendo que o curso proporcionou uma visão mais ampliada sobre o Estado Brasileiro, ele insiste no *melhorismo* da política pública. Por essa razão, é que na perspectiva marxista, as políticas públicas devem ser discutidas sem a distinção entre macro e micropolíticas. O reforço inadvertido dessas cisões por nível de análise não pertence a uma interpretação marxista metodologicamente adequada dos fenômenos sociais (Chasin, 2009).

Isso dialoga com a sexta categoria que se refere ao fato de que os trabalhadores acham que "*É importante para que os profissionais da área da saúde entendam de que forma a saúde se insere no cenário político*" (10) 8% podem ser retratadas pela seguinte proposição:

Acredito que sim, independentemente da posição política de cada um, é importante que os profissionais da área da saúde entendam de que forma a saúde se insere no cenário político e que estejam abertos a estudar, e se aprofundar no assunto ao invés de caírem no senso comum e achismos. (T67)

Cabe aos profissionais de saúde procurarem se aprofundar sobre esse tema, já que a política, em uma perspectiva crítica, é um tema incomum de aparecer nos currículos dos cursos de graduação em saúde. Ainda que seja uma temática considerada relevante, os estudantes buscam a perspectiva crítica da política muito mais por um certo voluntarismo militante para compreenderem mais sobre esses conteúdos do que por

uma ação da instituição escola. Isso faz com que os trabalhadores, hoje, procurem por alternativas críticas fora da instituição (Carnut, 2019).

A sétima categoria que emergiu nas falas dos trabalhadores aponta que o curso pode ser encarado como "*Uma formação para qualquer pessoa que houver interesse em discutir política*" com (8) proposições, referindo-se a 7% do total de categorias. Neste caso, os Trabalhadores 34 e 38 sintetizam a ideia quando dizem que:

Não só para os profissionais da área da saúde, mas poderia ser uma formação para qualquer pessoa que houvesse interesse em discutir política. Ainda mais nos dias que vivemos, vejo como fundamental ter um espaço protegido para discussão da política, sem violência e baixaria, mas baseado em conhecimento (prévio e construído). (T34)

Mais do que importante, é essencial. Não só para profissionais da área da saúde, mas para toda e todo cidadão. (T38)

O Curso Formação Política em Saúde ensejou de forma coletiva e organizada a educação política crítica para trabalhadores da saúde, no cenário pré e pós-golpe institucional brasileiro de 2016. E, no cotidiano vivenciado neste período, especialmente com a polarização e disseminação nas redes sociais por diversas formas de discursos de ódio (Girelli, 2018), os trabalhadores reconhecem que o curso é um 'espaço protegido' para a discussão dos conteúdos abordados. Ainda assim, reconhecem (talvez pela perspectiva de totalidade que o conteúdo ensina) que o curso pode servir para quaisquer categorias profissionais.

Neste sentido, Bravo (2011) destaca que as lutas sociais pela saúde são objeto de todos os profissionais que defendem a saúde como direito, e que estas lutas datam, na história recente, desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988 no país. Entre momentos de acirramento e calmarias, a militância implicada na defesa do direito à saúde sempre esteve presente durante estes 30 anos do sistema. Contudo, nos últimos quatro anos (desde o 'pré-golpe institucional de 2016' no Brasil)<sup>7</sup> (Jinkings,

---

<sup>7</sup> Tem se consolidado na literatura da área dos Estudos Políticos que o 'Pré-golpe institucional' foi o período entre as Jornadas de Junho de 2013 (mobilização iniciada contra o aumento da passagem do transporte urbano) até a instauração do processo de "impeachment" em dezembro de 2015. O período em trânsito julgado, considerado como o período do 'golpe institucional' propriamente dito (preservando a fachada jurídico-institucional) data de dezembro de 2015 quando ocorreu a instauração do processo à agosto de 2016 quando a presidenta Dilma foi deposta do cargo. De



Doria e Cleto, 2016), o engajamento de novos sujeitos e a mobilização popular para além dos partidos têm sido a marca deste período sócio-histórico em que vivemos, reconfigurando os trabalhadores que se implicam com a defesa do SUS.

A oitava categoria percebida pelos trabalhadores é o fato de que "*É fundamental entender a saúde como mais uma frente na luta política em defesa dos nossos direitos*". Esta categoria apresentou seis (6) proposições, representando 5% do total. O trabalhador 1 apresenta sua visão sobre esta categoria. Ele diz:

Sem dúvidas. É fundamental entendermos a saúde como mais uma frente na luta política em defesa dos nossos direitos e o curso promove essa visão muito satisfatoriamente. (T1)

Pode-se dizer que a saúde é uma frente de luta, assim como o SUS passou a ser um produto concreto na luta dos trabalhadores. A origem que resultou na política de saúde do SUS foi fruto do conhecimento técnico-político e da presença de militantes e profissionais do setor em posições-chave tanto na academia, quanto no governo. Essas condições propiciaram um ambiente de luta política do período (1980-1990). Na conjuntura atual, o desmonte do SUS tem sido o resultado também do desmonte da classe trabalhadora e de sua luta organizada, na saúde ou fora dela. Cabe aos trabalhadores enfrentarem esse desafio e continuar na luta política contra as mazelas profundas que os assolam (Dantas, 2018).

Contudo, a nona categoria "*O curso elucida uma visão menos romântica da Saúde Pública*" (4) 3%, demonstra o quanto, mesmo sob o reconhecimento da saúde como luta política é necessário desromantizar (Carnut et al, 2019b) o conteúdo no qual as graduações construíram no ideário do profissional de saúde. O trabalhador 15, sobre essa assertiva, aponta que "principalmente aqueles que trabalham no SUS, acredito que o curso é interessante do modo que desromantiza o Sistema Único de Saúde (T15)".

---

setembro de 2016 até dezembro de 2018 assumiu o governo interino ilegítimo de Michel Temer sendo este período considerado 'pós-golpe institucional'. Para os analistas críticos marxistas (Mattos, 2020), o golpe está em curso, mesmo sob a tutela do voto democrático que elegeu Jair Bolsonaro. Inúmeros argumentos são usados para explicar este complexo fenômeno, contudo, um chama a atenção: o trânsito entre as forças civis para as forças militares (que Bolsonaro representa) tem seu germen político no acenso da extrema-direita nas Jornadas de Junho de 2013.

A partir do momento que esse trabalhador se refere que o curso propiciou uma visão menos romântica do que conhecia sobre a saúde pública, percebe-se que ele atingiu o seu propósito que era conferir uma perspectiva mais crítica sobre o tema. Muitos trabalhadores da saúde desconhecem que o Movimento da Reforma Sanitária<sup>8</sup> tinha como fonte de inspiração: o socialismo. Contudo, com o passar dos anos do SUS, esse ideário perdeu força, sendo substituído por uma ideologia política socialdemocrata (Paim, 2008). Reavaliar as apostas 'democráticas' que se tem feito e suas possibilidades de realização concreta se faz necessário para compreendermos a apatia e a desmobilização dos trabalhadores de hoje (Dantas, 2018). A aposta intensiva do movimento da Reforma Sanitária no Estado restringiu a operação das políticas públicas no campo setorial. Portanto, cabe aos trabalhadores realizarem a autocrítica do processo histórico construído e alçar por uma mudança tático-operacional nos rumos da saúde, para não se perder o direito à saúde (Carnut, Mendes e Marques, 2019).

Já a décima categoria demonstra que o curso é importante "*Pois sua metodologia é ativa e faz com que participamos de forma mais integral e crítica*" dois (2) 2%. Esta categoria é uma alusão ao fato do método de ensino (mescla de métodos ativos) (Carnut et al, 2019a) terem sido primordiais no alcance no nível de elaboração permitindo que os trabalhadores repensassem suas práticas de trabalho:

Sim, primeiramente porque o modelo e a metodologia pensada para o curso permitem que o sujeito se desloque e repense suas práticas de trabalho, bem como o seu modo de viver nessa sociedade. (T81)

---

<sup>8</sup> O movimento da Reforma Sanitária Brasileira (RSB) nasceu no contexto da luta contra a ditadura militar no Brasil, no início da década de 1970. A RSB é o conjunto de ideias que se tinha em relação às mudanças e transformações necessárias na área da saúde. Essas mudanças não abarcavam apenas o sistema, mas todo o setor saúde, em busca da melhoria das condições de vida da população. Grupos de médicos e outros profissionais preocupados com a saúde pública desenvolveram teses e integraram discussões políticas. Este processo teve como marco institucional a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986. Entre os políticos que se dedicaram a esta luta está o sanitarista Sergio Arouca. As propostas da Reforma Sanitária resultaram, finalmente, na universalidade do direito à saúde, oficializado com a Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Desde a virada neoliberal dos anos 1990 o movimento arrefeceu tendo sua pior desmobilização em meados da crise de 2008. Algumas tentativas de "refundação" do movimento foram feitas em 2017 no III Congresso de Política, Planejamento e Gestão em Saúde na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. Outra investida aconteceu no 12º. Congresso de Saúde Coletiva em 2018 no Rio de Janeiro, Brasil. Todas as tentativas não foram o suficiente para restaurar o movimento, redirecionando seus atores a uma fragmentação de diferentes frentes na luta pela direito à saúde associadas a pautas locais e de assistência direta.

O método ativo de aprendizagem tem sido destacado na literatura científica como estratégico para refletir, de forma integrada, a relação entre a teoria e a prática. Assume que ela ocorre por meio da ação-reflexão-ação. O diálogo quando feito coletivamente, reconhecendo a realidade, são a base para reconstrução de novos caminhos. É por meio dessa práxis crítica e comprometida, que se ressalta a autonomia, a liberdade, o diálogo e o enfrentamento de resistências e de conflitos (Mitre et al, 2008). Tendo em vista, a capacidade do método em trabalhar habilidades de corresponsabilização, auto-organização e incitar a crítica, é que o método faz sentido para um curso com uma proposta de formação crítica, como este. Sendo reiterada sua importância pela fala desses trabalhadores, aqui representada pelo T81.

Por fim, na décima primeira categoria, os trabalhadores apontam que a experiência vivida é importante por que *"É um curso de formação que contribui pra emancipação humana"* um (1) 1%. Nas palavras do trabalhador 52:

Mais do que importante para os envolvidos na área da Saúde, já que é uma política social de extrema importância, é um curso de formação que contribui pra emancipação humana. (T52)

Neste sentido, considera-se que o curso é um passo para essa emancipação, sem o qual a direção política não se constrói. Ainda que consideremos que o momento da emancipação política, ou seja, a compreensão da cidadania como horizonte de avanço na luta da classe trabalhadora seja importante (Marx, 2010), o curso ter permitido que os trabalhadores transcendessem a perspectiva da razão burguesa de Estado, para mais além disso, é algo muito positivo, sugerindo que o curso está cumprindo com o seu papel de emancipar os sujeitos políticos da área da saúde, suscitando reflexões sobre o que se pode fazer.

A possibilidade de reflexão sobre si e sobre seu estar no mundo está atrelada a sua ação no mundo. Isso significa que a ação e reflexão, como constituintes da práxis, são a maneira humana de existir, que pode estar condicionada pela realidade que o circunda. Essa realidade não é transformada por si só. Portanto, os homens e as mulheres que as criam são os(as) mesmos(as) que podem prosseguir transformando-a. É no bojo dessa discussão que o trabalhador(a) da saúde se encontra inserido(a). Ele ou ela assumem um compromisso com sua humanização,

mas não apenas isso, mas também é compromisso com a transformação (Freire, 2011). É com o interesse de despertar pessoas mais críticas, que cursos formativos nessa perspectiva demonstram sua importância, como referendaram as falas de todas trabalhadoras e trabalhadores aqui discursados.

#### **4. Considerações finais**

Assim, concluímos que, para os trabalhadores do SUS que foram discentes do curso de formação política em saúde, o conteúdo do curso e a sua importância residem, majoritariamente em cinco aspectos peculiares: a) no refletir sobre o papel social e profissional com um olhar mais crítico a realidade; b) sobre a crítica realizada às graduações e especializações que não tematizam a política de maneira crítica; c) sobre a ampliação da compreensão das categorias centrais da ciência política (Estado, políticas públicas etc.); d) sobre a percepção a respeito da saúde e como esta se insere no cenário político, na luta pelos direitos e no interesse em discutir política e, ainda, e) na valorização do método ativo de aprendizagem contribuído para a integralidade, para a crítica e para a emancipação humana.

A percepção mais central, e portanto, mais presente segundo os trabalhadores, é fato de que o conteúdo é importante porque os fizeram refletir sobre seu papel social e profissional, analisando a realidade com um olhar mais crítico sobre o que estamos vivendo e passando.

Em última instância o conteúdo do curso permitiu alçar outros olhares para além da institucionalidade e reconhecer a política numa chave mais totalizante. Mesmo considerando este movimento formativo essencial, há muito que se fazer para garantir uma mudança substancial no âmbito do político dos trabalhadores que fazem a saúde coletiva.

#### **Referências bibliográficas**

Bauer, M. W. (2010). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. En M. W. Bauer e G. Gaskell, *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*. 8a ed. (pp. 189-217). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Bravo, M. I. S. (2011). *Serviço social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais*. São Paulo: Cortez.
- Bravo, M. I. S., Pelaez, E. J. y Pinheiro, W. N. (2018). As contrarreformas na política de saúde do governo Temer. *Argumentum (Vitória)*, 10(1), 9-23.
- Carnut, L. (2019). Para uma crítica ao pós-moderno: o social nas ciências da saúde e o papel da educação crítica – primeiras reflexões. *Práxis Comunal*, 2, 151-167.
- Carnut, L. y Ianni, A. M. Z. (2019). Salud es política: pensamiento social de Floreal Antonio Ferrara y sus contribuciones para repensar 'lo político' en la salud. *Revista Gerencia y Política de Salud*, 18, 1-41.
- Carnut, L. y Mendes, A. N. (2018a). Capitalismo contemporâneo em crise e sua forma política: o subfinanciamento e o gerencialismo na saúde pública brasileira. *Saúde e Sociedade*, 27(4), 1105-1119.
- Carnut, L. y Mendes, A. N. (2020). Estado, golpe e regime político: o dilema institucionalismo versus historicização na saúde. *Izquierdas (Santiago)*, 49, 3631-3648.
- Carnut, L., Mendes, A. N. y Marques, M. C. C. (2019). Outra narrativa no ensino da Reforma Sanitária Brasileira: o debate crítico de uma escolha política. *Saúde em Debate*, 43, 133-145.
- Carnut, L. et al. (2019a). Teoria política marxista e saúde coletiva: percepção de trabalhadores em um processo de (de)formação crítica. *Revista Lusófona de Educação*, 44, 99-115.
- Carnut, L., Lopes, T. T. V., Mendes, S. J. y Mendes, A. N. (2019b). “Passei a entender a influência do capital na saúde pública...”: formação política crítica dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde. *Germinal: marxismo e educação em debate*, 11, 182-192.
- Chasin, J. (2009). *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo.
- Dantas, A. V. (2018). Saúde, luta de classes e o 'fantasma' da Reforma Sanitária Brasileira: apontamentos para sua história e crítica. *Saúde em debate*, 42(3), 145-157.
- Freire, P. (2011). *Educação e mudança*. 1a. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra.

- Freire, P. (2013). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à práticas educativa*. 47a. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- Girelli, L. S. (2018). Mídia e clima político no Brasil: os discursos de ódio no pré-impeachment de Dilma Rousseff. *Sinais*, 22(2), 158-178.
- Guimarães, E. M. S. (2017). Expressões conservadoras no trabalho em saúde: a abordagem familiar e comunitária em questão. *Serviço Social & Sociedade*, 130, 564-582.
- Hirsch, J. (2011). Teoria materialista do Estado. Processos de transformação do sistema capitalista de Estados. *Crítica Marxista*, 33, 145-148.
- Jinkings, I., Doria, K. E y Cleto, M. (2016). *Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Krupskaya, N. K. (2017). *A construção da pedagogia socialista*. São Paulo: Expressão Popular.
- Mathias, M. (2016). E os médicos tornaram-se conservadores? Outras Mídias. Disponível em <https://bit.ly/3kcdCrb>
- Mattos, M. B. (2020). *Governo Bolsonaro. Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Usina.
- Marx, K. (2007). *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2010). *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2012). *Crítica ao programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo.
- Mendes, Á e Carnut, L. (2020). Crise do Capital, Estado e Neofascismo: Bolsonaro, saúde pública e atenção primária. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 57, 174-210.
- Mitre, S. M. et al. (2008). Metodologias ativas na formação profissional em saúde: debates atuais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(supl 2), 2133-2144.
- Oliveira, E. et al. (2003). Análise de conteúdo e pesquisa na área de educação. *Revista Diálogo Educacional*, 4(9), 11-27.
- Oliveira, J. (1987). Reformas e Reformismo: "Democracia Progressiva" e Políticas sociais (ou "Para uma teoria política da Reforma Sanitária"). *Cadernos de Saúde Pública*, 4(3), 360-387.

- Paim, J. S. (2008). *Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica*. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Peixoto, T. y Peixoto, Nuno. (2017). Critical thinking of nursing students in clinical teaching: an integrative review. *Revista de Enfermagem Referência*, 1(13), 125-138.
- Peloso, R. (2012). *Trabalho de base: seleção de roteiros selecionados pelo Cepis*. São Paulo: Expressão Popular.
- Reis, A. A. C. et al. (2016). Tudo a temer: financiamento, relação público e privado e o futuro do SUS. *Saúde em Debate*, 40(n. Esp), 122-135.
- Saldarriaga-Vélez, J. A. (2016). Las escuelas críticas: Entre la socialización política y los procesos de subjetivación. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 14(2), 1389-1404.
- Sobral, L. F., Barros, É. L. y Carnut, L. (2017). A área de política, planejamento e gestão em saúde nas graduações em saúde coletiva no brasil. *Trabalho, Educação e Saúde*, 15(3), 879-894.
- Teixeira, S. F. (Ed.). (1989). *Reforma sanitária: Em busca de uma teoria*. 1. ed. São Paulo: Cortez.
- Tragtenberg, M. (2004). *Sobre educação, política e sindicalismo*. 3a. ed. São Paulo: Editora Unesp.

**Fecha de recepción: 15 de abril de 2021**

**Fecha de aceptación: 26 de agosto de 2021**



**Revista Educación, Política y Sociedad (ISSN 2445-4109)** está distribuida bajo una [Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)